

Por um lado, aquela quantia acha-se integralmente aplicada e, por outro, os benefícios que daí resultaram para a execução de empreendimentos na província justificam plenamente a elevação do limite daquelas operações para 200:000.000\$.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.<sup>a</sup> parte do n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> do artigo 109.<sup>o</sup> da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo único.** É elevado para 200:000.000\$ o limite estabelecido pelo artigo único do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 41 247, de 30 de Agosto de 1957.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Fevereiro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. — *Vasco Lopes Alves.*



#### Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar

##### Comissão Executiva

#### Missão botânica de Angola e Moçambique

#### Orçamento de receita e despesa para 1960

##### Receita

##### CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1. <sup>o</sup> «Dotação em conta da verba inscrita no orçamento geral da província de Angola, nos termos do artigo 51. <sup>o</sup> , alínea b), n. <sup>o</sup> 5), do Decreto n. <sup>o</sup> 42 672, de 23 de Novembro de 1959, para 1960»	40.000\$00
Artigo 2. <sup>o</sup> «Dotação em conta da verba inscrita no orçamento geral da província de Moçambique, nos termos do artigo 71. <sup>o</sup> , alínea c), do Decreto n. <sup>o</sup> 42 672, de 23 de Novembro de 1959, para 1960»	30.000\$00
Artigo 3. <sup>o</sup> «Dotação em conta da verba inscrita no capítulo 13. <sup>o</sup> , artigo 131. <sup>o</sup> , n. <sup>o</sup> 1), do orçamento do Ministério do Ultramar para 1960» . . . . .	30.000\$00
	<b><u>100.000\$00</u></b>

##### Despesa

##### CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1. <sup>o</sup> «Despesas com o pessoal» . . . . .	95.000\$00
Artigo 2. <sup>o</sup> «Despesas com o material» . . . . .	-\$
Artigo 3. <sup>o</sup> «Pagamento de serviços e diversos encargos» . . . . .	5.000\$00
	<b><u>100.000\$00</u></b>

O Adjunto do Chefe da Missão Botânica de Angola e Moçambique, *António Rocha da Torre*.

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 30 de Janeiro de 1960. — O Presidente, *J. Carrington Simões da Costa*.

Aprovado. — Em 3 de Fevereiro de 1960. — O Ministro do Ultramar, *Vasco Lopes Alves*.

#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

##### SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

##### Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

##### Repartição de Serviços Administrativos

##### Portaria n.<sup>o</sup> 17 598

Ao abrigo do disposto no artigo 24.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 41 588, de 16 de Abril de 1958, e no artigo 32.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 35 422, de 29 de Dezembro de 1945:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, que os júris dos concursos para o preenchimento de lugares de estagiário de 3.<sup>a</sup> classe, do quadro ou contratados, sejam constituídos, sob proposta do director-geral dos Serviços Agrícolas, por um investigador, que servirá de presidente, e por dois vogais, estagiários de 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> classes, do quadro do pessoal de investigação da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

Ministério da Economia, 18 de Fevereiro de 1960. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Luis Quartin Graça*.

##### SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

##### Comissão de Coordenação Económica

##### Declaração

Para o efeito do disposto no n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> do artigo 24.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 41 204, de 24 de Julho de 1957, declara-se que, por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado do Comércio de 29 de Janeiro findo, foi prorrogado, até 31 de Março próximo, o regime de preços e bónus dos adubos constante da declaração de 2 de Setembro de 1959, publicada no *Diário do Governo* n.<sup>o</sup> 212, 1.<sup>a</sup> série, de 15 do mesmo mês.

Comissão de Coordenação Económica, 11 de Fevereiro de 1960. — Pelo Presidente, *António Fezas Vital*.